

Nº 88

**Características da formalização do
mercado de trabalho brasileiro
entre 2001 e 2009**

27 de abril de 2011

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Pérsio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

Características da formalização do mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2009

1. Introdução e metodologia¹

Apesar de ser impossível, em termos quantitativos, se apreender a totalidade da formalização ou informalidade do trabalho numa economia, é viável, a partir das bases de dados oficiais disponíveis, observarem-se padrões de comportamento e causalidades ao longo do tempo no mercado de trabalho. Esses dados são uma entrada possível para o estabelecimento não exatamente do “tamanho” do setor formalizado, mas de sua dinâmica e como esta se relaciona com os ciclos de crescimento e crise da economia. Com relação à estrutura ocupacional e natureza dos contratos de trabalho na economia brasileira, também entendida como “posição na ocupação”, é possível identificar as situações mais evidentes de ausência (ou não) de um contrato objetivo de trabalho que permita ao contratado amenizar a assimetria que existe no ato do assalariamento com o contratante. A carteira assinada é uma garantia de que direitos fundamentais do trabalhador serão respeitados, mesmo sob o pressuposto constitucional de que estes direitos encontram-se presentes em qualquer vínculo empregatício. Ademais, a evidência do contrato de trabalho permite maior estruturação da oferta e demanda de emprego numa relação direta do Estado com os representantes sindicais (patrões e empregados), podendo a autoridade pública atuar com maior eficácia na redução das assimetrias no mercado de trabalho.

O presente *Comunicado* analisa o processo de formalização do mercado de trabalho brasileiro na década de 2000, a partir dos dados disponíveis desde 2001, buscando identificar as principais características desse processo. Para definir o trabalho formal, a metodologia adotada neste estudo parte da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE): entende-se por **trabalhadores formalizados** aqueles que apresentam vínculo evidente de contrato de trabalho, ou seja, os funcionários públicos estatutários, militares e trabalhadores com carteira assinada; entende-se por **trabalhadores não-formalizados** os sem evidência direta de contrato,

¹ Colaboraram na elaboração deste *Comunicado* os técnicos de planejamento e pesquisa Sandro Sacchet e André Calixtre, da Assessoria Técnica da Presidência do Ipea (Astec). Agradecimentos ao diretor da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, Jorge Abrahão, e ao técnico de planejamento e pesquisa André Gambier.

ainda que este possa ser verificado, como no caso da prestação de serviços. Os **empregadores** estão separados isoladamente, pois a sua inclusão nos extratos formais ou não formais depende de inferências de renda ou de outro modelo que permita um corte razoável entre empresários informais e formais.

A abordagem faz sentido para a trajetória brasileira devido às especificidades da formação do mercado de trabalho, que estão diretamente relacionadas ao registro do trabalho. Isso criou uma cultura de separação entre trabalho formal e informal segundo o registro por parte dos trabalhadores e, de inúmeras maneiras, uma diferenciação entre trabalho registrado e trabalho não registrado. A pergunta do registro, no entanto, somente foi incluída nas estatísticas nacionais a partir da década de 1980. Por isso, qualquer aproximação anterior deve levar em conta um grau muito maior de imprecisão.

2. O processo de formalização do mercado de trabalho – uma visão geral

A crise dos 1980 combinou-se com o processo de redemocratização em bases universalistas e permitiu um considerável avanço na racionalização e formalização da sociedade, como, por exemplo, a incorporação do meio rural no sistema previdenciário e a criação de uma Seguridade Social universal e dotada de orçamento próprio, conquistas cristalizadas na Constituição Federal de 1988 (CF/88). A difusão dos direitos sociais para além do registro do trabalho, as transformações no processo produtivo e a crise do nacional-desenvolvimentismo no Brasil levaram a uma nova configuração do trabalho formal nessa sociedade, oferecendo um caminho universalista de superação das assimetrias presentes na figura jurídica do cidadão dotado de direitos e sua manifestação concreta no mundo do trabalho. O cidadão, agora, independe da condição de trabalho, ou do registro – ele possui direitos sociais por pressuposto.

No entanto, na década de 1990, a confluência entre as transformações tecnológicas, produtivas e financeiras em nível mundial, além da desregulação e enfraquecimento das instituições que estruturavam as relações de trabalho pressionaram o mercado de trabalho no sentido da redução relativa da formalização. Foi somente a partir da última década de 2000 que esse processo de deterioração do mercado de trabalho foi revertido num contexto de crescimento econômico, redesenho da política social e reestruturação da capacidade de o Estado operar políticas públicas na sociedade.

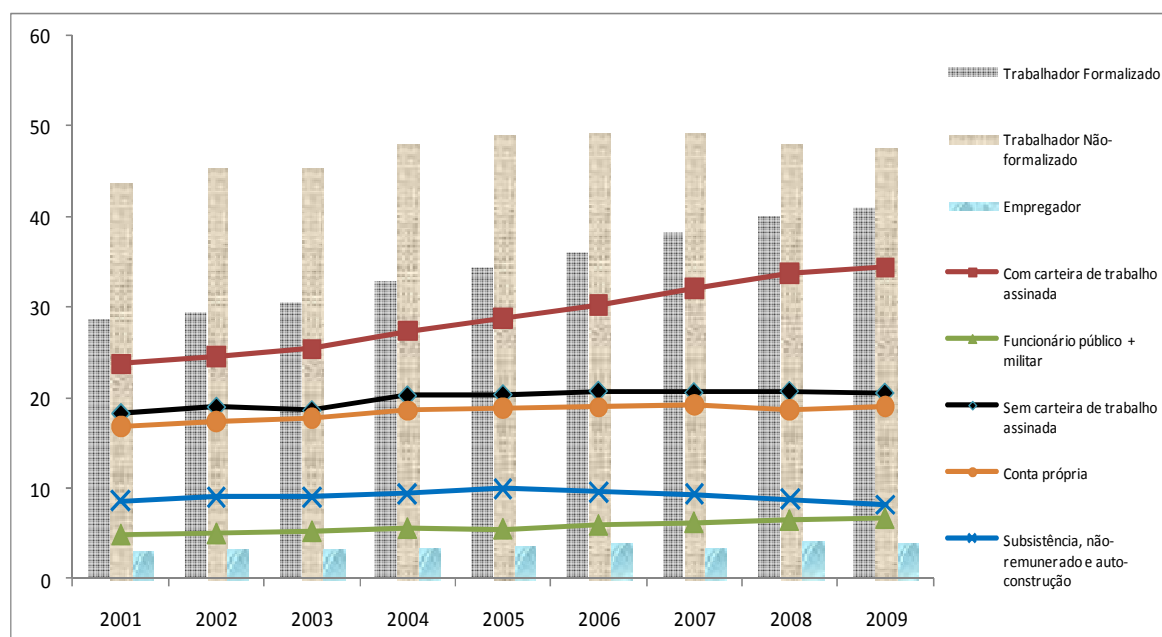
A primeira parte dessa recuperação é representada não apenas pelo próprio crescimento econômico, que aumenta a renda real e diminui o desemprego, mas por uma mudança qualitativa representada pelo aumento proporcionalmente maior da demanda por empregados com carteira assinada (Gráfico 1). Isso significa que, dentro desse processo, parte crescente dos trabalhadores foi absorvida pelos novos postos com carteira assinada.

A segunda parte, o redesenho da política social – além de ter contribuído para a redução das desigualdades nas rendas do trabalho, especialmente pelas políticas racionalizadas e ampliadas de transferência de renda e pela aceleração da valorização do salário mínimo em termos reais –, foi importante para a reestruturação do mercado de trabalho porque envolveu uma lógica pactuada entre governo, empresas e sindicatos, o que potencializou as convergências e diminuiu conflitos no processo de negociação do trabalho que, ao longo da década de 1990, predominantemente imprimia uma lógica defensiva por parte dos sindicatos e ampliava as terceirizações e a precarização promovidas pela nova estrutura produtiva.

Paralelamente, uma ação do Estado no sentido de recuperar seus instrumentos de políticas públicas – e também pela necessidade de recuperação da capacidade tributária para financiar os superávits primários – esteve, para os efeitos deste *Comunicado*, fortemente amparada pela reestruturação da capacidade normativa da Justiça do Trabalho, parcialmente desmontada ao longo da década anterior. O crescimento dos processos trabalhistas e o entendimento da Justiça de que a terceirização não pressupõe ou justifica a precarização da relação de trabalho permitiu que a formalização de contratos desse um salto significativo após esse período².

² Para uma análise dos instrumentos jurídicos utilizados pelo Estado, ver KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M. B.; NOBRE JR, H. B. A contribuição das instituições públicas na formalização dos contratos de trabalho. Anais XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET. 2009.

Gráfico 1. Evolução do número de trabalhadores. Brasil, 2001 a 2009 (Em milhões)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea

Os dados do Gráfico 1 revelam o aumento do número de postos formais, que passaram de 28,5 milhões em 2001 para 41 milhões em 2009, o que representa um aumento de 43,5% (em comparação, o aumento da população economicamente ativa no mesmo período foi de 21,5 %, de 83,2 milhões de pessoas para 101,1 milhões). A maior parte do aumento dos postos formais se deve ao crescimento do número de empregados com carteira de trabalho assinada, que subiu 46%, seguido pelos funcionários públicos, que cresceram 38%. O número de trabalhadores domésticos formalizados subiu 30%.

Observa-se ainda que o número de postos de trabalho não formalizados aumentou entre 2001 e 2009, porém, a um ritmo consideravelmente menor. As ocupações informais passaram de 43,7 milhões em 2001 para 47,7 milhões em 2009, um aumento de 9,2%. Cabe notar que mesmo com o maior avanço dos postos formais, as ocupações informais ainda são em maior número. Das posições na ocupação não formalizadas, o maior aumento ocorreu entre os trabalhadores domésticos sem carteira (20%), seguidos dos trabalhadores por conta própria (12,1%) e dos empregados sem carteira (10,3%).

Podemos ressaltar também que o número de ocupados informais atingiu um pico em 2006 e manteve uma trajetória descendente até 2009. Essa queda absoluta da informalização se deve basicamente a um menor número de pessoas que se declaram ocupadas sem remuneração, apesar de que, de acordo com a PNAD, houve também uma queda de 0,5 milhão de empregados sem carteira entre 2006 e 2009 (a redução é de apenas 0,25 milhão se consideramos os trabalhadores domésticos).

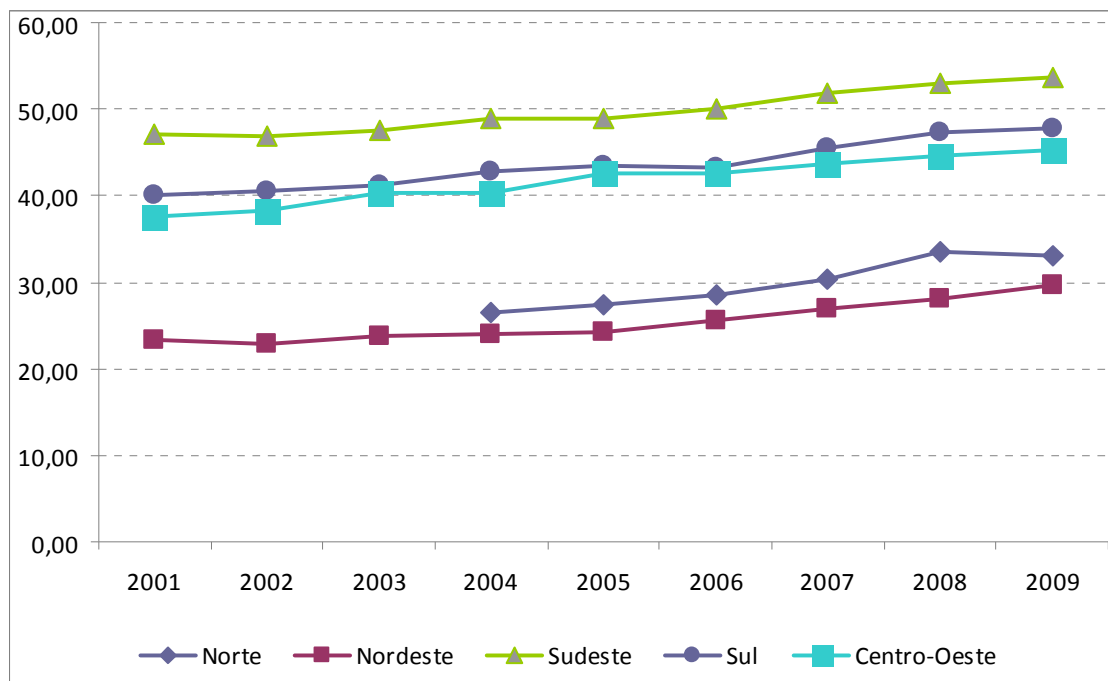
Em resumo, os dados indicam que o processo de formalização do mercado de trabalho brasileiro ocorreu mais por meio do aumento dos postos de trabalhos com carteira assinada (e também funcionários públicos) do que pela redução das ocupações informais (aumento de 12,4 milhões contra 4 milhões). Apenas a partir de 2006 observou-se uma queda dos postos informais, da ordem de 250 mil. É importante notar que o processo de formalização não foi interrompido pela crise de 2009, pelo contrário, em termos proporcionais, o avanço dos postos de trabalhos formais fica evidente quando nota-se que estes passaram de 37,9% do total, em 2001, para 44,2% em 2009. Por sua vez, o peso das ocupações informais caiu de 57,9% para 51,5%.

3. A formalização por características demográficas

A evolução da posição na ocupação por grandes regiões pode ser observada no Gráfico 2. Nota-se que a região Sudeste permanece a mais formalizada, embora tenha sido a que apresentou um menor aumento na proporção de postos formais (subiu de 47% em 2001 para 53,6% em 2009, um aumento de 14%). O maior avanço na proporção de ocupações formais ocorreu no Nordeste (aumento de 27,4%), entretanto, essa região permanece a menos formalizada, com cerca de 30% das ocupações classificadas como formais. Em seguida, aparece o Norte, com uma elevação de 24,6% na proporção de postos de trabalho formais (saltou de 26,5% em 2004 para 33% em 2009).

A região Centro-Oeste apresentou o maior aumento absoluto do número de postos formais (quase 54%), no entanto, também apresentou o maior aumento do número de postos informais (quase 10%), o que evidencia uma forte expansão da ocupação nessa região. Apenas nas regiões Norte e Sul houve uma queda do número absoluto de ocupações informais (reduções de 3,17% e 2,6%, respectivamente).

Gráfico 2. Proporção de trabalhadores formalizados em cada região* do Brasil 2001-2009

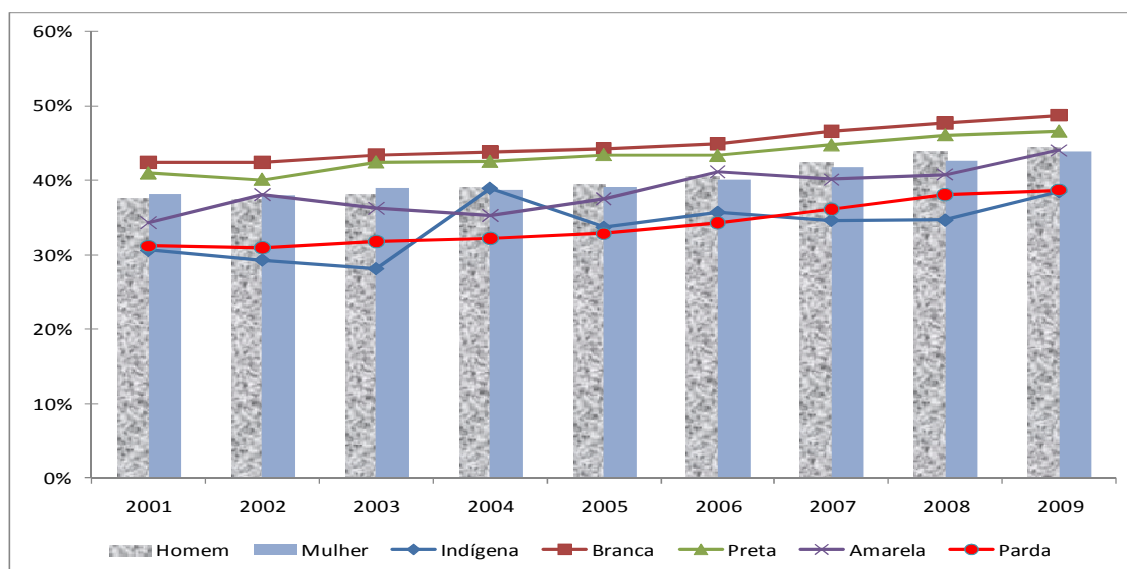


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea

*Para a região Norte, até 2003 a PNAD apenas dispõe de dados sobre a zona urbana

A evolução ocupacional por gênero e por etnia é mostrada no Gráfico 3, e seus dados mostram que, em termos relativos, o aumento da formalização foi maior entre os homens. Eles saltaram de 37,7% de postos formais em 2001 para 44,5% em 2009 (aumento de 18,2%), contra o aumento de 38,2% para 43,8% entre as mulheres (aumento de 14,8%). Em termos absolutos, o número de vagas formais subiu mais entre as mulheres (47,6%), mas também foi o caso para as ocupações informais (15,9%), o que se explica pela crescente participação das mulheres no mercado de trabalho.

Gráfico3. Proporção de trabalhadores formalizados, por gênero (coluna) e etnia. 2001-2009

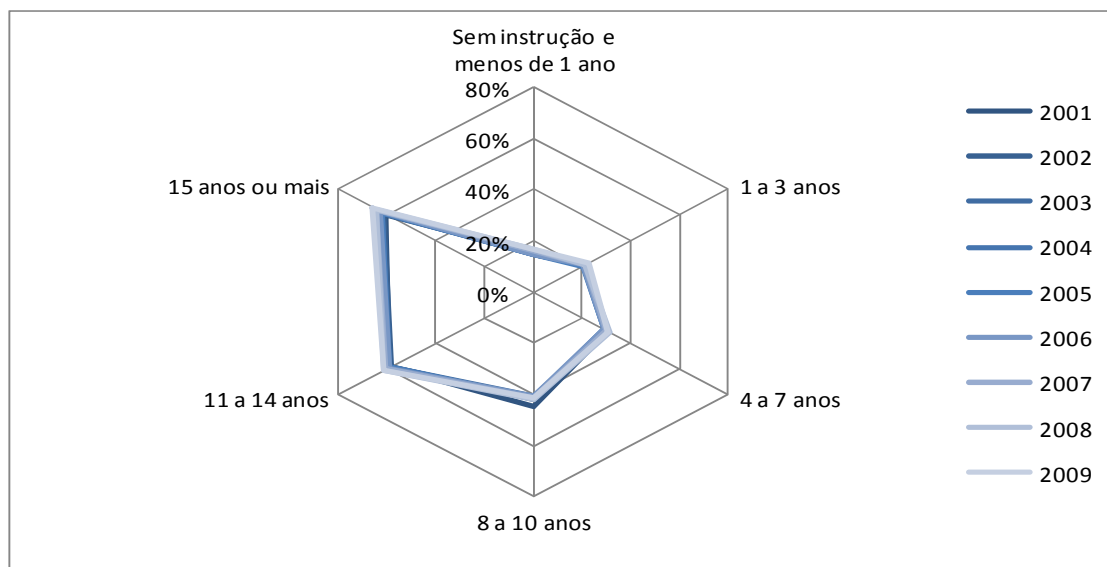


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea

Com relação à etnia, os maiores avanços na formalização ocorreram entre aquelas cuja proporção de trabalhadores formais partiu de um patamar mais baixo, a saber: amarelos, pardos e indígenas. Para essas etnias, a porcentagem de trabalhadores formais subiu entre 2001 e 2009: amarelos, de 34,3% para 44%; pardos, de 31,1% para 38,7%; e indígenas, de 30,6% para 38,5%. Entre os brancos, a quantidade de postos de trabalho não formalizados caiu 3,5%.

Com relação ao número de anos de estudo, os dados no Gráfico 4 mostram que a formalização é crescente com a escolaridade entre os trabalhadores. Deve-se levar em conta que a proporção de empregadores também aumenta com a escolaridade. Relativamente, os maiores aumentos da formalização ocorreram nos extremos da distribuição dos níveis de educação. Entre aqueles com até três anos de estudo, a proporção de trabalhadores formalizados subiu cerca de 9%, o mesmo que para aqueles com mais de 15 anos de escolaridade. Não obstante, em termos absolutos, percebe-se que o processo de formalização do mercado de trabalho atingiu mais fortemente aqueles com pelo menos o ensino médio completo.

Gráfico 4. Participação de trabalhadores formalizados, de acordo com os anos de estudo. 2001-2009

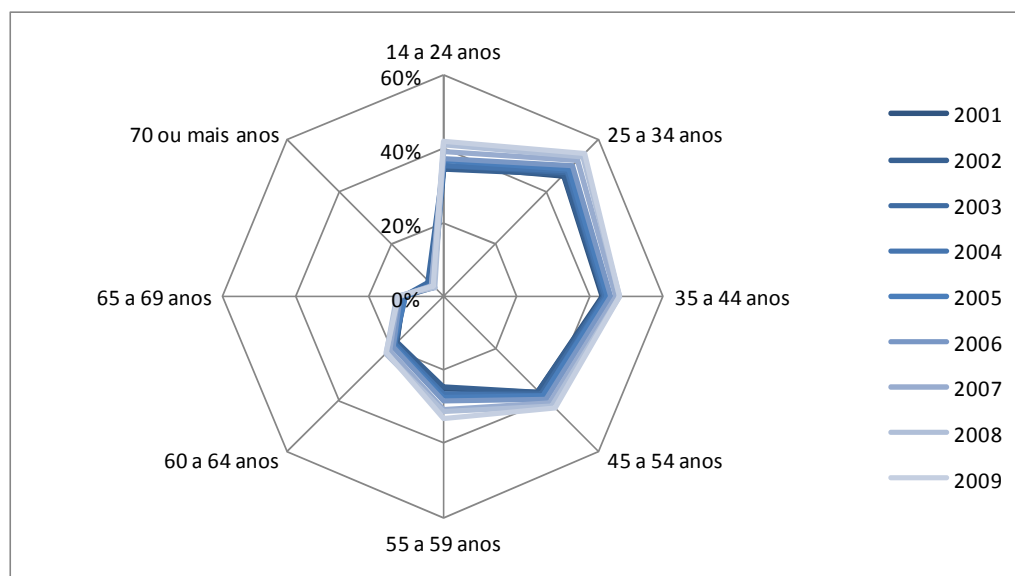


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea

Cabe adicionar que, de um lado, a proporção de trabalhadores formais entre aqueles com 8 a 10 anos de estudo caiu de 44,6% em 2001 para 41,6% em 2009 (com um aumento de 18,3% em número absoluto). Por outro lado, entre aqueles com pelo menos ensino médio completo, o aumento do número absoluto de postos de trabalho formalizados foi mais de 90%. Isso revela que, em grande medida, as vagas no setor formal que têm sido criadas exigem ao menos o ensino médio completo.

O perfil ocupacional por faixa etária dos trabalhadores formalizados também se apresenta concentrado. No Gráfico 5, a formalidade é maior entre aqueles com 25 a 34 anos e decresce a partir daí. O aumento da informalidade após os 35 anos é causado pela maior proporção de trabalhadores por conta própria. O aumento relativo dos postos de trabalho formalizados foi bastante homogêneo entre as diferentes faixas etárias. A maior elevação ocorreu entre aqueles com 55 a 59 anos de idade (que saltou de 25,3% para 33,1%, um aumento de 30,9%).

Gráfico 5. Participação de trabalhadores formalizados, de acordo com a idade. 2001-2009

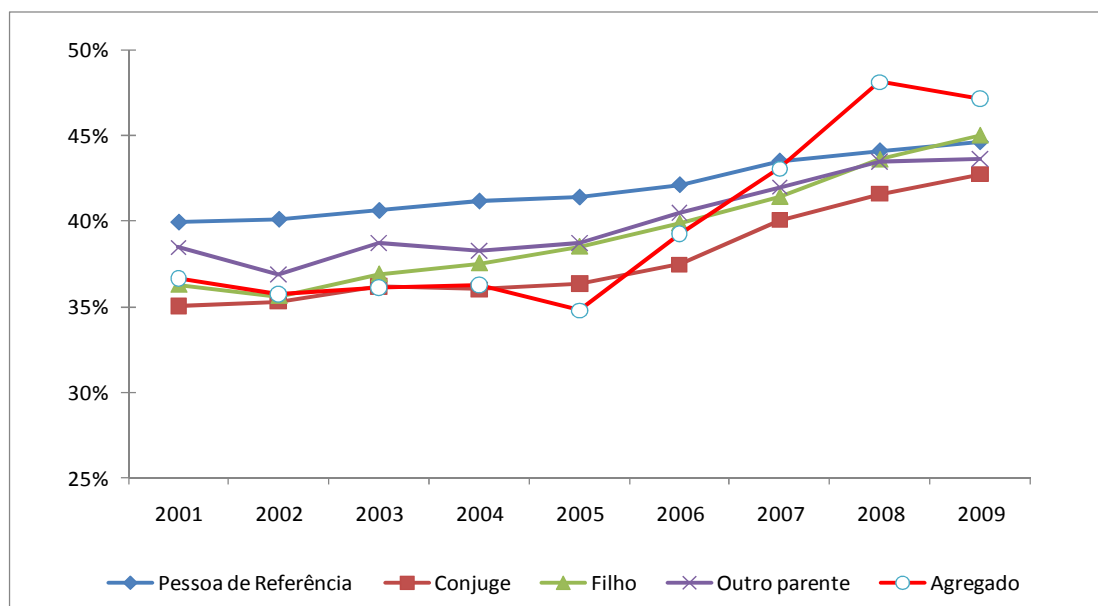


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea

Merece destaque também o aumento dos formais entre aqueles com 25 a 34 anos, que representa a faixa etária mais expressiva da PEA. A proporção de trabalhadores formalizados subiu de 46,3% em 2001 para 54,6% em 2009, o que significou um aumento de 48,2% no número total de ocupações formais para esse grupo etário (um acréscimo de cerca de 4,3 milhões de vagas).

O Gráfico 6 mostra a evolução dos trabalhadores formalizados por condição no domicílio. O processo de formalização parece ter sido mais intenso entre aqueles que possuem uma importância secundária na renda domiciliar: cônjuges, filhos e, com notável dinamismo, agregados. Entre os filhos, há uma queda de 3,2% no número de ocupações não formalizadas. Não obstante, o aumento do número de trabalhadores formalizados entre as pessoas de referência do domicílio é substancial (61,2%, o que representa mais de 7 milhões de postos de trabalho).

Gráfico 6. Participação de trabalhadores formalizados, segundo a posição no domicílio. 2001-2009

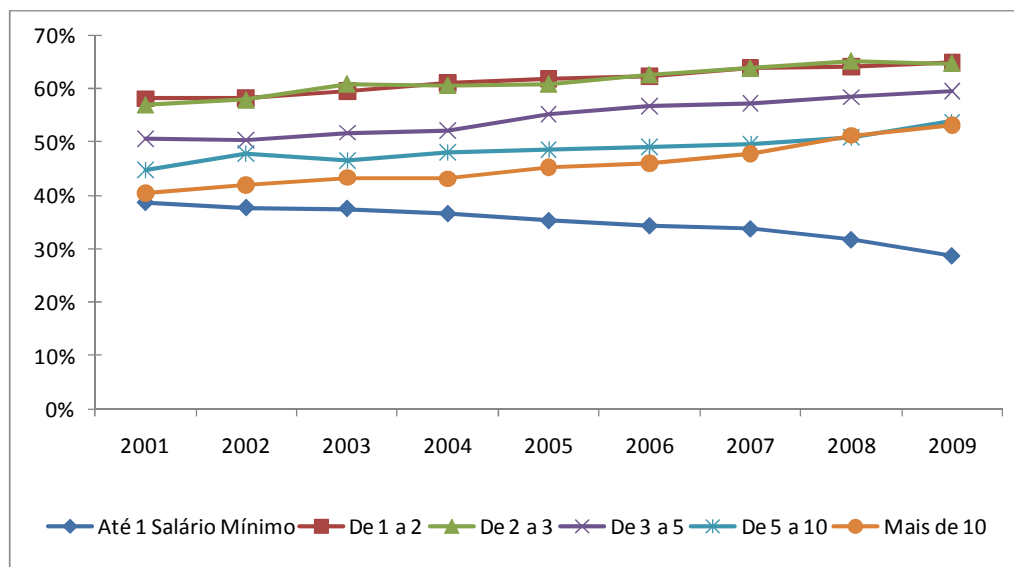


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea

4. A formalização por características da ocupação

No Gráfico 7, procura-se sintetizar a formalização por faixas de renda. Como esperado, a informalidade cai com o nível de renda. O mesmo acontece com a presença de empregadores, que aumenta consideravelmente nos estratos mais altos de renda declarada. Observa-se, considerando os informais, que, entre aqueles que recebem até um salário mínimo, mais de 70% se enquadravam nessa definição em 2009. Para aqueles que ganham mais de 10 salários mínimos, esse percentual era de 18%.

Gráfico 7. Participação de trabalhadores formalizados por faixas declaradas de renda. 2001-2009

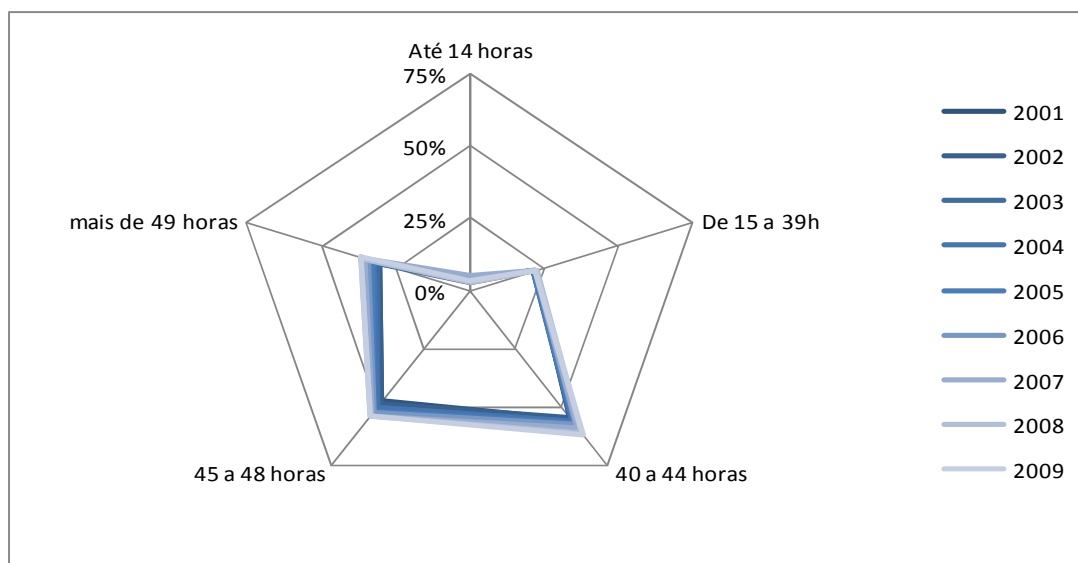


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea

Chama a atenção também a queda do número de pessoas que declaram receber menos de um salário mínimo (SM). Essa redução foi maior entre os trabalhadores formalizados (queda de 46,5%, o que representa mais de 8 milhões de empregados). Outro aspecto importante é que, principalmente para aqueles com renda mediana, o avanço relativo da formalização deveu-se mais à diminuição do ritmo de crescimento daqueles que se declaram empregadores do que dos não formalizados.

Com relação à formalização por horas trabalhadas, o Gráfico 8 mostra que os trabalhadores formalizados concentram-se entre 40 e 44 horas semanais. Uma jornada menor quase sempre representa uma ocupação não formalizada, assim como a informalidade cresce quando se trabalha mais de 45 horas por semana.

Gráfico 8. Participação de trabalhadores formalizados por horas trabalhadas na semana. 2001-2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea

O aumento relativo da formalização foi maior para os trabalhadores que trabalhavam mais de 49 horas, havendo inclusive uma redução do número absoluto de postos não formais para aqueles com mais de 45 horas. Entretanto, o grosso dos postos formais criados foi entre aqueles com jornada entre 40 e 44 horas. O processo de formalização foi bastante reduzido para quem trabalha menos de 40 horas na semana.

Na Tabela 1, mostra-se a formalização pela condição de sindicalização do trabalhador. Claramente, os trabalhadores sindicalizados se concentram em postos formais de trabalho, enquanto que a maior parte daqueles sem representação trabalhista estão em condições não formalizadas. No entanto, é importante notar que o avanço da formalização foi mais intenso entre os não sindicalizados.

Tabela 1. Distribuição dos ocupados segundo a sindicalização. 2001-2009

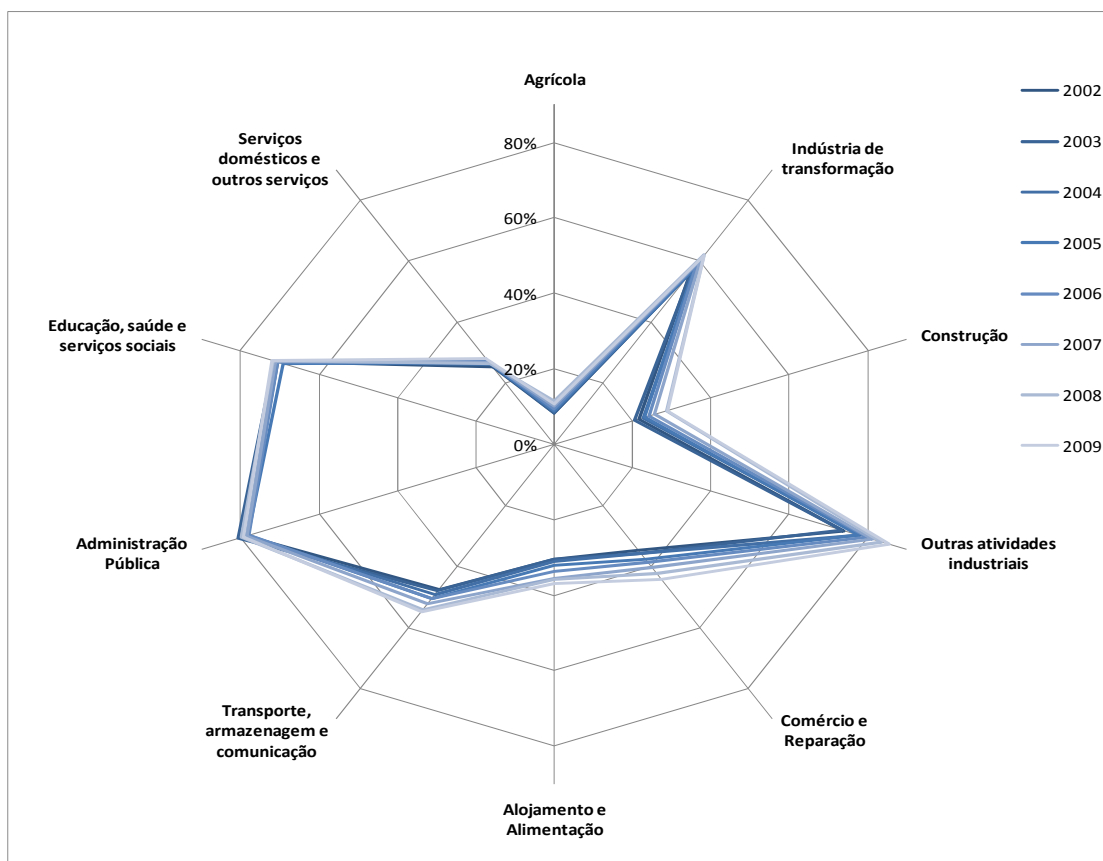
Sindicalizado %		Ano									Aumento Relativo	Aumento Absoluto
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Sim	Formalizado	61,0	61,1	61,2	62,0	61,7	62,2	62,5	63,1	64,6	5,8	37,9
	Não formalizado	33,5	33,6	33,8	33,3	33,7	33,0	33,4	31,9	31,1	-7,0	21,1
	Empregadores	5,5	5,2	5,0	4,7	4,6	4,8	4,1	5,0	4,3	-22,1	1,5
Não	Formalizado	33,2	33,0	33,7	33,9	34,3	35,4	37,7	39,0	39,8	19,9	45,5
	Não formalizado	62,8	63,0	62,2	62,1	61,5	60,2	58,6	56,6	55,8	-11,1	7,9
	Empregadores	4,0	4,0	4,0	4,0	4,1	4,4	3,7	4,4	4,3	8,8	32,0

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea

No Gráfico 9, abaixo, mostra-se a evolução da formalização para os diferentes ramos de atividade. Percebe-se que a informalidade é uma característica marcante do setor agrícola, no qual, em 2009, apenas 10,8% dos trabalhadores eram formais. Nos ramos mais urbanizados, a informalidade está concentrada no setor da construção e dos serviços (comércio e reparação, alojamento e alimentação e serviços domésticos).

Entretanto, nesses mesmos ramos a formalização foi mais intensa (cerca de 32% para os setores agrícolas e de construção). Em termos absolutos, o número de vagas formais na construção subiu 65%. Os setores tradicionalmente formalizados são aqueles mais próximos da atividade pública, como serviços de educação, saúde e sociais e a própria atividade administrativa pública. Esses setores mantiveram seus níveis de formalização praticamente estáveis durante o período 2002-2009.

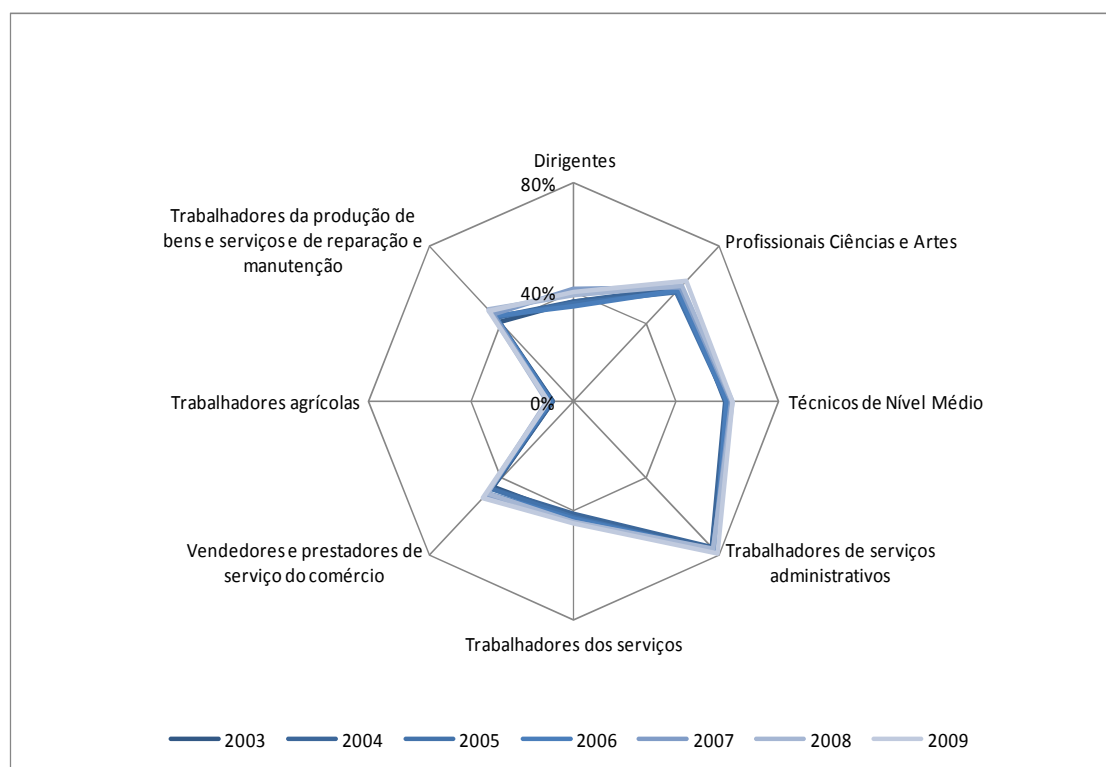
Gráfico 9. Participação de trabalhadores formalizados de acordo o setor de atividade. 2002*-2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea * Mudança de nomenclatura em 2002

Por fim, no Gráfico 10 é possível observar a formalização para diferentes grupos ocupacionais. Assim como na distribuição por setores de atividades, a formalidade é menor entre os trabalhadores agrícolas e dos serviços privados. No entanto, foram os trabalhadores agrícolas que mostraram o maior avanço relativo na formalização, obtendo inclusive uma queda no número absoluto de postos informais. Dentre os grupos ocupacionais mais formalizados, destaque para os trabalhadores de serviços administrativos e os profissionais de ciências e artes, que apresentaram grande expansão das vagas formais (50% e 66%, respectivamente).

Gráfico 10. Participação de trabalhadores formalizados de acordo com o tipo de ocupação. 2002-2009



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea

Considerações Finais

Os resultados preliminares deste estudo nos permitem esboçar algumas considerações a respeito do processo de formalização recente do mercado de trabalho brasileiro. A maior parte do aumento percentual da proporção de trabalhadores formais deveu-se ao fato de que as vagas que estão sendo criadas são majoritariamente formais,

e não a uma maior regularização de postos tidos como informais. Durante o período analisado, o número de empregos não formais cresceu mais de 9% e apresentou queda apenas a partir de 2006. Ainda assim, a diminuição das ocupações informais desde 2006 foi causada principalmente pela redução dos empregados não remunerados e pouco é explicada por quedas dos trabalhadores tidos como sem carteira e conta própria.

Na análise da formalização por características demográficas, chamam a atenção dois aspectos importantes. Primeiro, fica claro que a maior parte dos novos postos formais de trabalho exige pelo menos o ensino médio completo. Segundo, o processo de formalização foi mais intenso para os trabalhadores entre 45 e 64 anos de idade. Este último aspecto pode indicar uma dificuldade de recrutamento de trabalhadores jovens com a qualificação necessária. Em conjunto, os resultados indicam que o processo de formalização pode ser reforçado futuramente com uma adequada política de qualificação da mão de obra. Esse é um ponto que merece maior aprofundamento.

Na análise por características da ocupação, nota-se uma diminuição de ocupados que ganham até um salário mínimo. A maior parte dos postos de trabalhos formais criados possui uma jornada entre 40 e 44 horas de trabalho semanais. Nota-se também que a informalidade se concentra em ocupações agrícolas e dos setores de serviços e construção. Enquanto isso, trabalhadores da indústria, da administração pública e serviços administrativos concentram as ocupações formalizadas.

Resumidamente, constatou-se que, em termos relativos, a formalização foi mais intensa nas situações de emprego mais precárias, no Norte e Nordeste, entre os pardos, e nos setores agrícolas e de construção. Entretanto, olhando para o número de vagas formais criadas, a expansão do mercado formal foi maior nas ocupações tradicionalmente mais formalizadas (pessoas com pelo menos ensino médio completo, mais de 45 anos e jornada de 40 a 44 horas semanais).

Dentre as explicações para a formalização do mercado de trabalho a partir de 2001, destacam-se a expansão econômica e a dinâmica do mercado de trabalho³ e melhorias institucionais, como maior fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego e da Justiça do Trabalho, regularização das empresas, ação sindical e

³ Ver Corseuil, C.; Foguel, M. Expansão Econômica e Aumento da Formalização das Relações de Trabalho: Uma Abordagem Através das Contratações. Texto para Discussão IPEA nº 1571. 2011

reestruturação do Estado⁴. É importante distinguir o peso de cada fenômeno na formalização recente. A hipótese é que a dinâmica do mercado de trabalho e a expansão econômica explicam por que a expansão das vagas formais concentrou-se quantitativamente nos postos tradicionalmente formalizados. Por outro lado, melhorias institucionais também explicam boa parte do freio na expansão absoluta da informalidade após 2006, pois os postos informais caíram mais em alguns setores. Os dados permitem identificar onde há mais espaço para maior formalidade (como, por exemplo, no setor agrícola e de serviços). Nesse sentido, é importante descobrir como a informalidade reage, em diferentes setores, à expansão econômica e às melhorias institucionais. É nessa direção que esta pesquisa pretende avançar num futuro próximo.

⁴ Para um aprofundamento das causas desse processo de formalização, ver Baltar, P.; Santos, A.; Krein, J.; Leone, E.; Proni, M.; Moretto, A.; Maia, A.; Salas, C. Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. Global Labour University Working Paper nº 9. 2010.

Anexo de tabelas

Tabela A.1. Posição da ocupação entre 2001 e 2009, em milhões de ocupados.

Posição na Ocupação (Em milhões)	Ano									Aumento Absoluto (em %)
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Formal	28,58	29,48	30,58	32,94	34,28	36,09	38,22	40,08	41,00	43,42
Empregado com carteira	22,18	22,93	23,70	25,69	27,05	28,34	30,19	31,88	32,36	45,92
Militar	0,27	0,21	0,25	0,26	0,25	0,27	0,24	0,26	0,28	3,55
Funcionário público	4,60	4,78	4,98	5,31	5,24	5,63	5,95	6,16	6,36	38,19
Trabalhador doméstico com carteira	1,54	1,56	1,65	1,67	1,75	1,84	1,83	1,77	2,00	29,98
Informal	43,69	45,38	45,35	48,18	49,12	49,25	49,15	48,17	47,70	9,19
Empregado sem carteira	13,88	14,48	14,15	15,44	15,45	15,81	15,70	15,88	15,31	10,29
Trabalhador doméstico sem carteira	4,36	4,49	4,44	4,80	4,91	4,94	4,90	4,85	5,23	20,02
Conta própria	16,83	17,40	17,71	18,57	18,83	18,92	19,21	18,69	18,98	12,75
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2,88	3,10	3,32	3,39	3,89	4,04	3,89	4,05	3,78	31,14
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,15	0,15	0,12	0,10	0,12	0,14	0,14	0,11	0,10	-30,08
Não remunerado	5,58	5,76	5,61	5,88	5,91	5,40	5,31	4,59	4,30	-23,02
Empregador	3,18	3,32	3,32	3,48	3,68	3,98	3,41	4,14	3,99	25,37

Fonte: PNAD

Tabela A.2. Proporção da posição da ocupação entre 2001 e 2009, em %.

Posição na Ocupação (Em %)	Ano									Aumento Relativo
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Formal	37,87	37,7	38,59	38,94	39,37	40,39	42,1	43,38	44,23	16,79
Empregado com carteira	29,39	29,33	29,91	30,37	31,06	31,73	33,25	34,51	34,92	18,82
Militar	0,35	0,27	0,32	0,31	0,29	0,3	0,27	0,28	0,3	-14,29
Funcionário público	6,1	6,11	6,28	6,28	6,01	6,3	6,56	6,67	6,86	12,46
Trabalhador doméstico com carteira	2,03	1,99	2,08	1,98	2,01	2,06	2,02	1,92	2,15	5,91
Informal	57,9	58,04	57,23	56,95	56,4	55,14	54,15	52,15	51,47	-11,11
Empregado sem carteira	18,4	18,53	17,86	18,25	17,74	17,7	17,29	17,19	16,52	-10,22
Trabalhador doméstico sem carteira	5,77	5,74	5,6	5,67	5,64	5,53	5,4	5,25	5,64	-2,25
Conta própria	22,31	22,26	22,35	21,96	21,62	21,19	21,16	20,23	20,48	-8,20
Trabalhador na produção para o próprio consumo	3,82	3,96	4,19	4,0	4,47	4,52	4,29	4,39	4,08	6,81
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,2	0,19	0,15	0,12	0,14	0,15	0,16	0,12	0,11	-45,00
Não remunerado	7,4	7,36	7,08	6,95	6,79	6,05	5,85	4,97	4,64	-37,30
Empregador	4,22	4,24	4,19	4,11	4,23	4,45	3,76	4,49	4,31	2,13

Fonte: PNAD

Tabela A.3. Posição da ocupação entre 2001 e 2009, por grandes regiões, em %.

Região		Ano									<i>Aumento Relativo</i>	<i>Aumento Absoluto</i>
		2001*	2002*	2003*	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Norte	Formal	31,12	30,06	31,52	26,52	27,36	28,50	30,31	33,58	33,06	24,66**	33,33**
	Informal	65,09	66,19	64,84	69,83	69,08	68,21	66,66	62,68	63,20	-2,90**	-3,17**
	Empregadores	3,79	3,75	3,64	3,65	3,56	3,29	3,04	3,74	3,74	-1,39**	9,65**
Nordeste	Formal	23,26	22,90	23,78	24,09	24,26	25,49	26,99	28,08	29,62	27,37	51,01
	Informal	73,99	74,10	73,41	73,06	72,77	71,42	70,55	68,58	67,23	-9,15	7,73
	Empregadores	2,75	3,00	2,81	2,85	2,97	3,09	2,47	3,34	3,15	14,67	35,97
Sudeste	Formal	47,05	46,80	47,57	48,83	48,91	50,14	51,77	52,92	53,62	13,96	38,19
	Informal	48,19	48,46	47,64	46,67	46,47	44,85	44,08	42,33	41,94	-12,96	5,55
	Empregadores	4,76	4,74	4,79	4,49	4,63	5,02	4,15	4,75	4,43	-6,82	13,00
Sul	Formal	40,09	40,55	41,20	42,70	43,44	43,36	45,47	47,31	47,81	19,25	37,13
	Informal	54,74	54,69	53,97	52,15	51,29	51,24	49,74	47,10	46,38	-15,28	-2,59
	Empregadores	5,17	4,76	4,83	5,15	5,27	5,40	4,79	5,59	5,81	12,50	29,36
Centro-Oeste	Formal	37,67	38,27	40,38	40,24	42,51	42,49	43,68	44,69	45,38	20,45	53,88
	Informal	57,72	56,60	54,82	55,15	52,61	52,37	51,84	49,86	49,65	-13,99	9,88
	Empregadores	4,60	5,13	4,80	4,62	4,88	5,14	4,48	5,45	4,98	8,11	38,11

Fonte: PNAD. * Para a região Norte, até 2003 a PNAD apenas dispõe de dados sobre a zona urbana.

** Para a região Norte, comparam-se os valores entre 2009 e 2004.

Tabela A.4. Posição da ocupação entre 2001 e 2009, por gênero, em %.

Gênero		Ano									<i>Aumento Relativo</i>	<i>Aumento Absoluto</i>
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Homem	Formal	37,67	37,54	38,29	39,08	39,55	40,60	42,40	43,95	44,52	18,19	40,51
	Informal	56,88	57,11	56,32	55,68	55,07	53,70	52,81	50,40	49,94	-12,20	4,39
	Empregadores	5,45	5,35	5,39	5,24	5,38	5,69	4,79	5,65	5,53	1,52	20,70
Mulher	Formal	38,19	37,96	39,01	38,73	39,11	40,13	41,69	42,59	43,84	14,78	47,60
	Informal	59,38	59,37	58,48	58,73	58,24	57,10	55,96	54,50	53,51	-9,89	15,89
	Empregadores	2,43	2,67	2,51	2,54	2,65	2,77	2,35	2,91	2,65	9,36	40,64

Fonte: PNAD

Tabela A.5. Posição da ocupação entre 2001 e 2009, por anos de estudo, em %.

Anos de Estudo		Ano									<i>Aumento Relativo</i>	<i>Aumento Absoluto</i>
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Menos de 1 ano	Formal	15,41	14,68	14,93	14,69	14,34	14,67	16,09	16,65	16,88	9,53	-9,56
	Informal	83,01	83,78	83,49	83,47	83,79	83,69	82,34	81,30	81,39	-1,95	-19,43
	Empregadores	1,58	1,54	1,58	1,84	1,88	1,64	1,56	2,05	1,73	9,44	-10,28
1 a 3 anos	Formal	20,68	20,77	21,09	20,73	20,15	20,86	21,32	21,32	22,50	8,80	-11,70
	Informal	77,02	77,13	76,73	77,23	77,32	76,68	76,65	75,89	75,24	-2,31	-21,13
	Empregadores	2,30	2,09	2,19	2,04	2,52	2,46	2,03	2,78	2,26	-1,76	-22,30
4 a 7 anos	Formal	30,74	29,67	29,51	29,21	28,88	29,03	30,23	31,36	30,99	0,81	-1,51
	Informal	66,25	67,44	67,39	67,73	67,98	67,79	67,14	65,36	65,81	-0,66	-3,07
	Empregadores	3,01	2,89	3,09	3,06	3,13	3,18	2,64	3,29	3,19	6,22	4,09
8 a 10 anos	Formal	44,60	41,98	41,02	41,17	41,17	40,39	41,18	41,94	41,63	-6,65	18,34
	Informal	51,60	54,16	55,35	55,50	55,42	55,87	55,59	54,44	54,77	6,14	34,23
	Empregadores	3,80	3,86	3,62	3,33	3,41	3,74	3,23	3,61	3,60	-5,38	20,88
11 a 14 anos	Formal	58,75	57,94	58,81	58,76	58,92	59,28	60,30	61,12	60,95	3,75	90,97
	Informal	35,37	36,13	35,72	35,93	35,70	35,40	35,27	33,99	34,31	-2,99	78,10
	Empregadores	5,88	5,93	5,46	5,30	5,37	5,32	4,43	4,88	4,74	-19,45	46,59
15 anos ou mais	Formal	60,45	61,43	61,86	62,51	62,04	62,82	64,62	64,11	65,67	8,62	101,14
	Informal	27,67	26,64	26,75	26,71	27,31	26,19	26,22	25,49	24,89	-10,03	64,21
	Empregadores	11,88	11,93	11,39	10,79	10,65	10,99	9,16	10,40	9,44	-20,51	44,11

Fonte: PNAD

Tabela A.6. Posição da ocupação entre 2001 e 2009, por faixa etária, em %.

Faixa Etária		Ano									<i>Aumento Relativo</i>	<i>Aumento Absoluto</i>
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
14 a 24 anos	Formal	35,68	34,30	35,57	35,53	37,01	37,35	39,19	41,22	42,12	18,03	19,20
	Informal	63,56	65,02	63,66	63,70	62,14	61,83	60,14	57,98	57,12	-10,13	-9,24
	Empregadores	0,76	0,68	0,76	0,77	0,85	0,82	0,67	0,81	0,76	0,42	1,41
25 a 34 anos	Formal	46,33	46,67	47,64	47,85	48,64	49,99	51,95	53,79	54,59	17,84	48,19
	Informal	50,26	49,63	48,91	48,98	47,88	46,63	45,15	42,76	42,09	-16,26	5,31
	Empregadores	3,42	3,71	3,45	3,17	3,48	3,39	2,90	3,45	3,32	-2,79	22,25
35 a 44 anos	Formal	43,35	43,75	43,88	44,35	44,45	45,71	47,03	47,79	48,17	11,12	34,19
	Informal	50,80	50,55	50,57	50,08	50,02	48,50	48,31	46,49	46,33	-8,80	10,13
	Empregadores	5,86	5,70	5,55	5,57	5,52	5,80	4,66	5,72	5,50	-6,01	13,50
45 a 54 anos	Formal	36,64	36,72	37,80	38,48	38,12	39,64	41,00	42,03	43,10	17,65	70,94
	Informal	56,92	56,67	55,67	55,25	55,53	53,48	53,13	51,17	50,63	-11,05	29,24
	Empregadores	6,44	6,61	6,53	6,28	6,35	6,88	5,87	6,79	6,27	-2,68	41,41
55 a 59 anos	Formal	25,33	24,90	26,46	26,79	27,54	28,47	30,83	31,24	33,14	30,84	107,97
	Informal	67,71	67,64	67,06	66,33	65,83	63,60	62,55	61,89	60,09	-11,26	41,05
	Empregadores	6,95	7,45	6,49	6,88	6,63	7,92	6,62	6,87	6,77	-2,67	54,71
60 a 64 anos	Formal	18,05	17,69	18,97	18,45	18,88	19,33	20,83	21,85	21,82	20,91	73,30
	Informal	74,99	76,22	73,97	74,29	73,78	73,77	73,05	71,11	70,90	-5,45	35,52
	Empregadores	6,97	6,09	7,07	7,26	7,35	6,90	6,13	7,03	7,28	4,50	49,77
65 a 69 anos	Formal	10,82	10,86	10,65	10,22	10,46	11,72	12,29	12,55	11,97	10,60	51,75
	Informal	79,99	82,33	82,29	81,86	81,91	80,74	81,23	79,57	81,68	2,12	40,11
	Empregadores	9,19	6,81	7,06	7,92	7,63	7,55	6,48	7,88	6,35	-30,90	-5,19
70 ou mais anos	Formal	4,15	3,61	5,51	4,72	3,99	4,17	4,17	3,19	4,05	-2,30	24,13
	Informal	87,15	88,25	85,45	87,67	87,21	87,81	89,07	88,42	88,05	1,03	28,35
	Empregadores	8,70	8,14	9,04	7,61	8,80	8,02	6,76	8,39	7,90	-9,18	15,38

Fonte: PNAD

Tabela A.7. Posição da ocupação entre 2001 e 2009, por etnia, em %.

Etnia		Ano									<i>Aumento Relativo</i>	<i>Aumento Absoluto</i>
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Indígena	Formal	30,60	29,29	28,13	38,94	33,70	35,70	34,63	34,66	38,46	25,70	170,08
	Informal	66,67	68,73	68,63	58,34	64,75	61,71	62,06	63,08	59,03	-11,46	90,24
	Empregadores	2,73	1,98	3,23	2,72	1,55	2,58	3,32	2,26	2,51	-8,26	97,11
Branca	Formal	42,41	42,36	43,33	43,82	44,26	44,94	46,60	47,67	48,73	14,90	26,92
	Informal	51,82	51,93	50,84	50,47	49,86	48,78	48,06	46,14	45,27	-12,63	-3,49
	Empregadores	5,76	5,71	5,83	5,71	5,88	6,27	5,34	6,19	5,99	3,92	14,80
Preta	Formal	40,93	40,07	42,41	42,49	43,42	43,30	44,71	46,08	46,58	13,82	79,07
	Informal	57,75	58,11	56,11	56,17	54,85	55,04	53,70	52,12	51,73	-10,41	40,95
	Empregadores	1,33	1,81	1,47	1,33	1,74	1,66	1,60	1,80	1,68	27,05	99,89
Amarela	Formal	34,29	38,05	36,23	35,23	37,47	41,11	40,09	40,77	44,01	28,38	42,33
	Informal	46,92	47,32	49,18	50,81	47,67	42,31	49,74	46,88	42,19	-10,09	-0,32
	Empregadores	18,79	14,62	14,59	13,96	14,85	16,58	10,16	12,36	13,80	-26,58	-18,59
Parda	Formal	31,14	30,96	31,77	32,15	32,81	34,27	36,13	38,02	38,68	24,21	67,50
	Informal	66,56	66,57	65,91	65,47	64,70	63,18	61,73	59,09	58,58	-11,98	18,71
	Empregadores	2,30	2,47	2,32	2,38	2,49	2,55	2,15	2,89	2,74	18,96	60,45

Fonte: PNAD

Tabela A.8. Posição da ocupação entre 2001 e 2009, por condição no domicílio, em %.

Posição no domicílio		Ano									<i>Aumento Relativo</i>	<i>Aumento Absoluto</i>
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Pessoa de Referência	Formal	39,95	40,11	40,62	41,17	41,39	42,11	43,48	44,08	44,60	11,64	61,17
	Informal	53,32	53,15	52,80	52,37	52,05	51,06	50,76	49,27	49,01	-8,10	11,29
	Empregadores	6,73	6,74	6,58	6,46	6,56	6,83	5,76	6,64	6,40	-4,95	15,10
Cônjuge	Formal	35,02	35,30	36,19	36,00	36,34	37,46	40,05	41,58	42,73	22,00	131,16
	Informal	61,74	61,21	60,41	60,66	60,06	58,68	56,62	54,31	53,34	-13,60	19,60
	Empregadores	3,24	3,49	3,40	3,34	3,59	3,86	3,33	4,11	3,93	21,43	68,10
Filho	Formal	36,26	35,60	36,89	37,51	38,49	39,85	41,40	43,58	45,00	24,08	54,74
	Informal	62,46	63,16	61,83	61,20	60,18	58,73	57,43	54,88	53,61	-14,17	-3,23
	Empregadores	1,27	1,24	1,28	1,28	1,32	1,42	1,17	1,54	1,39	9,43	23,39
Outro parente	Formal	38,46	36,90	38,72	38,25	38,69	40,50	41,97	43,47	43,62	13,42	58,69
	Informal	60,04	61,80	59,88	60,43	59,82	57,90	56,78	54,66	54,71	-8,88	16,66
	Empregadores	1,50	1,30	1,41	1,32	1,48	1,60	1,25	1,88	1,67	11,37	42,62
Agregado	Formal	36,64	35,72	36,11	36,28	34,78	39,24	43,05	48,11	47,16	28,72	115,68
	Informal	62,25	63,14	62,15	62,64	63,50	59,43	55,76	50,80	50,83	-18,35	25,42
	Empregadores	1,11	1,14	1,74	1,08	1,72	1,33	1,19	1,09	2,01	80,65	177,46

Fonte: PNAD

Tabela A.9. Posição da ocupação entre 2001 e 2009, por faixa de renda, em %.

Faixas de Renda		Ano									Aumento Relativo	Aumento Absoluto
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Até 1 SM	Formal	38,58	37,65	37,49	36,52	35,21	34,24	33,69	31,66	28,68	-25,65	-46,50
	Informal	59,77	60,89	61,12	62,24	63,51	64,57	65,40	67,21	70,41	17,79	-15,24
	Empregadores	1,64	1,46	1,40	1,25	1,28	1,18	0,92	1,12	0,91	-44,87	-60,33
De 1 a 2 SM	Formal	58,15	58,26	59,52	61,01	61,86	62,42	63,83	64,18	64,96	11,71	199,77
	Informal	34,13	34,28	34,06	33,31	32,94	33,15	33,07	32,76	32,39	-5,10	154,67
	Empregadores	7,72	7,46	6,43	5,68	5,20	4,42	3,10	3,06	2,65	-65,69	-7,94
De 2 a 3 SM	Formal	57,02	57,91	60,89	60,65	60,87	62,56	63,77	65,09	64,70	13,47	214,06
	Informal	29,89	29,09	27,70	29,05	28,86	27,78	29,19	27,27	28,38	-5,05	162,80
	Empregadores	13,09	13,00	11,41	10,30	10,28	9,65	7,04	7,64	6,92	-47,17	46,23
De 3 a 5 SM	Formal	50,64	50,45	51,76	52,23	55,17	56,69	57,32	58,44	59,54	17,58	218,18
	Informal	28,06	29,10	28,22	28,28	27,64	26,20	29,18	27,27	27,03	-3,67	160,67
	Empregadores	21,31	20,46	20,02	19,49	17,20	17,11	13,50	14,28	13,44	-36,94	70,66
De 5 a 10 SM	Formal	44,71	47,85	46,58	48,12	48,61	49,16	49,56	50,87	53,85	20,46	241,94
	Informal	26,21	24,24	26,90	26,17	25,38	25,70	27,86	24,76	23,55	-10,15	155,05
	Empregadores	29,08	27,92	26,52	25,71	26,00	25,15	22,58	24,37	22,59	-22,30	120,56
Mais de 10 SM	Formal	40,45	41,94	43,34	43,14	45,29	46,09	47,83	51,24	53,21	31,56	413,95
	Informal	22,50	19,42	17,71	20,23	19,43	17,80	22,34	17,00	18,41	-18,19	20,78
	Empregadores	37,05	38,64	38,95	36,63	35,27	36,11	29,83	31,76	28,38	-23,41	199,23

Fonte: PNAD

Tabela A.10. Posição da ocupação entre 2001 e 2009, por horas trabalhadas, em %.

Horas trabalhadas		Ano									<i>Aumento Relativo</i>	<i>Aumento Absoluto</i>
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Até 14 horas	Formal	3,81	2,79	3,77	3,28	3,10	3,34	5,23	2,66	3,03	-20,56	-6,85
	Informal	94,89	96,10	95,00	95,48	96,00	95,62	93,76	96,01	95,49	0,63	18,00
	Empregadores	1,30	1,12	1,23	1,24	0,90	1,04	1,00	1,33	1,49	14,35	34,09
De 15 a 39h	Formal	22,19	21,88	21,72	21,41	21,31	22,37	22,05	22,61	22,28	0,41	30,20
	Informal	75,94	76,16	76,42	76,60	76,62	75,44	75,97	75,00	75,61	-0,43	29,10
	Empregadores	1,87	1,96	1,86	1,99	2,07	2,19	1,99	2,39	2,11	12,76	46,22
40 a 44 horas	Formal	55,12	54,93	56,00	55,94	56,63	57,71	59,15	60,97	62,03	12,53	73,70
	Informal	41,92	41,90	40,96	41,09	40,24	39,07	38,22	35,76	34,84	-16,89	28,30
	Empregadores	2,96	3,17	3,04	2,97	3,13	3,21	2,63	3,27	3,13	5,82	63,35
45 a 48 horas	Formal	47,62	48,57	50,53	50,26	51,79	52,60	53,56	53,94	54,09	13,60	13,51
	Informal	48,75	47,62	45,79	46,14	44,29	43,35	42,91	41,34	41,52	-14,83	-14,89
	Empregadores	3,63	3,80	3,68	3,60	3,92	4,05	3,53	4,72	4,39	20,76	20,68
Mais de 49 horas	Formal	30,04	30,61	30,82	31,90	32,71	34,13	35,47	36,37	36,72	22,22	13,22
	Informal	60,83	60,31	59,88	58,69	57,57	55,38	55,62	53,40	52,75	-13,27	-19,66
	Empregadores	9,13	9,08	9,31	9,40	9,72	10,48	8,91	10,23	10,53	15,31	6,82

Fonte: PNAD

Tabela A.11. Posição da ocupação entre 2001 e 2009, por sindicalização, em %.

Sindicalizado		Ano									<i>Aumento Relativo</i>	<i>Aumento Absoluto</i>
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Sim	Formal	61,05	61,14	61,16	61,97	61,68	62,21	62,50	63,12	64,60	5,83	37,86
	Informal	33,48	33,64	33,83	33,29	33,69	33,01	33,41	31,86	31,14	-7,01	21,14
	Empregadores	5,47	5,22	5,01	4,74	4,62	4,79	4,09	5,02	4,26	-22,11	1,46
Não	Formal	33,23	32,97	33,74	33,89	34,35	35,43	37,72	39,00	39,84	19,89	45,49
	Informal	62,81	62,99	62,24	62,14	61,51	60,20	58,59	56,64	55,85	-11,08	7,91
	Empregadores	3,97	4,05	4,02	3,97	4,14	4,38	3,69	4,37	4,32	8,78	32,01

Fonte: PNAD

Tabela A.12. Posição da ocupação entre 2002 e 2009, por ramo de atividade, em %.


Ramo de Atividade		Ano									Aumento Relativo**	Aumento Absoluto**
		2001*	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Agricultura	Formal	---	8,16	8,35	8,81	8,89	9,27	10,20	11,41	10,80	32,37	28,57
	Informal	---	89,23	88,78	88,15	88,10	87,77	87,37	85,72	86,49	-3,07	-5,59
	Empregadores	---	2,61	2,87	3,04	3,01	2,96	2,43	2,87	2,71	3,89	1,60
Indústria de transformação	Formal	---	56,52	56,86	59,12	57,56	58,67	60,37	62,03	61,92	9,54	33,20
	Informal	---	38,73	38,59	36,51	38,12	36,70	35,77	33,62	33,58	-13,30	4,87
	Empregadores	---	4,74	4,55	4,37	4,32	4,63	3,86	4,35	4,50	-5,12	13,40
Construção	Formal	---	21,77	20,46	22,87	22,91	24,14	25,56	28,67	28,90	32,76	65,05
	Informal	---	74,05	75,37	72,95	72,64	71,62	71,00	66,16	65,42	-11,66	9,52
	Empregadores	---	4,18	4,17	4,18	4,44	4,24	3,44	5,17	5,68	35,99	67,32
Outras atividades industriais	Formal	---	74,01	73,45	78,12	77,56	79,77	81,21	83,52	85,41	15,40	60,64
	Informal	---	24,00	24,21	20,44	21,12	18,94	17,90	15,60	13,33	-44,46	-22,07
	Empregadores	---	1,99	2,33	1,44	1,32	1,29	0,88	0,88	1,26	-36,54	-20,32
Comércio e Reparação	Formal	---	34,59	35,73	35,75	37,64	38,82	40,25	42,29	44,12	27,54	57,01
	Informal	---	56,94	56,08	56,16	54,09	52,55	52,34	49,10	48,12	-15,48	3,76
	Empregadores	---	8,47	8,20	8,10	8,27	8,63	7,41	8,61	7,76	-8,40	13,06
Alojamento e Alimentação	Formal	---	30,44	30,48	31,04	32,15	33,71	35,61	35,73	36,92	21,28	51,64
	Informal	---	62,35	62,62	61,77	59,55	57,84	57,03	56,29	55,55	-10,91	11,12
	Empregadores	---	7,21	6,90	7,19	8,30	8,45	7,36	7,99	7,53	4,52	31,00
Transporte, armazenagem e comunicação	Formal	---	47,50	48,06	49,28	50,56	50,43	52,12	54,08	54,77	15,30	39,94
	Informal	---	49,19	48,82	47,63	46,26	46,44	45,04	42,89	42,08	-14,45	3,72
	Empregadores	---	3,31	3,12	3,09	3,18	3,13	2,83	3,03	3,15	-4,82	18,15
Administração Pública	Formal	---	78,50	80,52	78,83	78,20	77,89	78,41	79,78	79,25	0,95	25,25
	Informal	---	21,50	19,48	21,17	21,80	22,11	21,59	20,22	20,75	-3,47	19,87
	Empregadores	---	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	---	---
Educação, saúde e serviços sociais	Formal	---	70,67	71,43	71,33	69,23	70,66	71,07	71,72	71,97	1,85	26,86
	Informal	---	26,60	25,97	26,20	28,34	26,99	26,85	25,68	25,32	-4,78	17,51
	Empregadores	---	2,74	2,60	2,47	2,43	2,35	2,07	2,60	2,70	-1,28	20,74
Serviços domésticos e outros serviços	Formal	---	25,47	27,21	25,93	26,62	26,93	26,85	26,32	27,99	9,90	33,88
	Informal	---	73,38	71,59	72,86	72,15	71,59	71,58	72,00	70,36	-4,11	16,59
	Empregadores	---	1,15	1,20	1,21	1,23	1,48	1,57	1,68	1,65	43,23	75,52

Fonte: PNAD * Mudança de nomenclatura em 2002; ** % entre 2009 e 2002

Tabela A.13. Posição da ocupação entre 2002 e 2009, por grupo ocupacional, em %.

Ocupação		Ano									Aumento Relativo**	Aumento Absoluto**
		2001*	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Dirigentes	Formal	---	35,87	36,16	36,13	35,96	34,36	40,80	38,47	39,93	11,32	25,54
	Informal	---	11,20	11,52	12,02	11,89	11,35	11,82	11,63	10,00	-10,69	2,34
	Empregadores	---	53,16	52,79	52,57	52,58	55,10	48,22	50,58	50,95	-4,15	9,84
Profissionais Ciências e Artes	Formal	---	56,92	56,74	58,52	56,11	57,06	58,62	59,88	62,06	9,03	65,92
	Informal	---	38,66	38,91	37,25	39,83	38,57	37,83	35,05	33,03	-14,56	30,02
	Empregadores	---	4,42	4,35	4,23	4,07	4,37	3,55	5,07	4,91	11,07	69,03
Técnicos de Nível Médio	Formal	---	58,28	60,08	59,10	59,44	59,72	61,32	62,09	62,10	6,55	27,65
	Informal	---	40,48	38,47	39,42	39,17	39,16	37,53	36,24	36,48	-9,88	7,97
	Empregadores	---	1,24	1,46	1,48	1,40	1,12	1,15	1,66	1,42	14,63	37,33
Trabalhadores de serviços administrativos	Formal	---	74,85	76,26	75,76	77,45	77,66	77,14	76,91	79,28	5,92	49,68
	Informal	---	25,05	23,70	24,16	22,53	22,31	22,80	23,04	20,67	-17,50	16,59
	Empregadores	---	0,10	0,04	0,08	0,02	0,04	0,06	0,06	0,06	-43,11	-19,60
Trabalhadores dos serviços	Formal	---	41,24	42,56	41,58	42,47	42,94	44,06	44,06	44,77	8,57	31,21
	Informal	---	58,16	56,89	57,93	57,06	56,47	55,20	55,15	54,63	-6,07	13,52
	Empregadores	---	0,60	0,55	0,49	0,47	0,59	0,74	0,79	0,60	-0,66	20,05
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	Formal	---	45,63	44,24	45,64	45,87	47,94	48,54	48,02	50,01	9,60	45,04
	Informal	---	71,49	71,37	71,12	69,84	67,72	67,46	67,35	64,82	-9,34	6,40
	Empregadores	---	0,46	0,43	0,42	0,49	0,56	0,42	0,55	0,52	13,56	33,28
Trabalhadores agrícolas	Formal	---	7,74	8,13	8,31	8,53	8,77	9,82	10,34	10,15	31,19	27,89
	Informal	---	89,58	88,93	88,55	88,40	88,20	87,71	86,64	87,07	-2,81	-5,25
	Empregadores	---	2,68	2,93	3,13	3,06	3,04	2,47	3,01	2,78	3,75	1,15
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	Formal	---	40,16	41,06	43,35	42,98	43,84	44,86	47,26	46,54	15,88	40,10
	Informal	---	57,90	57,03	54,78	55,18	54,42	53,41	50,07	50,66	-12,50	5,78
	Empregadores	---	1,93	1,91	1,87	1,85	1,74	1,74	2,67	2,79	44,57	74,78

Fonte: PNAD. * Mudança de nomenclatura em 2002; ** % entre 2009 e 2002



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República